

AduSP

INFORMATIVO

Qual é, Cruesp?

Nesta altura da Copa do Mundo, os *campi* das três universidades públicas paulistas poderiam, além de curtir tranquilamente o que acontece nos campos de futebol da África do Sul, caminhar para o período de provas e entregas de trabalhos de final de semestre dos estudantes de graduação e de pós-graduação; ter docentes e funcionários técnico-administrativos envolvidos harmoniosamente nas suas atividades em salas de aulas, bibliotecas e laboratórios de pesquisa; tê-los também envolvidos, em diversas unidades das universidades, na preparação dos cursos de extensão universitária que costumam acontecer no mês de julho.

Em particular, no campus da USP localizado na cidade universitária do Butantã, além dessas atividades costumeiras de trabalho, poderíamos ver a população paulistana passeando pacificamente nos finais de semana terra de muita gente, e não “na terra de ninguém” como irresponsavelmente disse o reitor Rodas em entrevista à Rádio Bandeirantes. O outono na USP poderia, enfim, ser vivido serenamente, após o término das negociações de data-base.

Se isso não está ocorrendo, a responsabilidade é da intransigência dos reitores, que não quiseram, ou não souberam, ou não puderam dar sua con-

tribuição como atores ativos na crônica de uma negociação civilizada de data base anunciada, pelo Fórum das Seis, ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março.

Crônica anunciada

Os atores constituintes do Fórum das Seis procuraram cumprir seus papéis nessa crônica civilizada anunciada, procurando a todo custo que não se repetissem os eventos das datas-bases mais recentes, em particular a de 2009, quando, ao invés do diálogo, tivemos um longo silêncio por parte do Cruesp, que levou sucessivamente ao conflito, depois ao confronto e, no dia 9 de junho, à invasão da PM!

Vejamos como agiu o Fórum neste ano: em janeiro, estabeleceu um cronograma de atividades para as entidades que foi cumprido integralmente; em 12/2 solicitou ao Cruesp uma primeira reunião de negociação para a semana de 19 a 23/4; e durante o mês de março foi construída a pauta unificada de reivindicações de docentes, estudantes e funcionários, entregue ao Cruesp em 30/3. Ao longo desses meses, o Fórum encaminhou inúmeros ofícios que buscavam o diálogo.

Como agiram os atores constituintes do Cruesp? Anunciaram, no início de mar-

ço, a concessão de um reajuste de 6% apenas para os docentes; tardaram dois meses para responder ao primeiro ofício, marcando a primeira reunião de negociação para 11/5; nesta reunião, agiram de maneira desrespeitosa, autoritária e intransigente; recusaram-se a discutir a contraproposta do Fórum na segunda reunião, ocorrida em 18/5; e fizeram as primeiras ameaças de corte nos salários dos grevistas. Em resumo, ao longo desses meses ignoraram o convite ao diálogo civilizado.

Contraproposta

Como já ressaltamos em edições anteriores do *Informativo AduSP*, se aos reitores parecia difícil — face à previsão da arrecadação do ICMS — aceitar a reivindicação salarial inicial de 16%, acrescida de parcela fixa para diminuir a relação entre os menores e os maiores salários, eles poderiam, então, ter analisado a contraproposta apresentada pelo Fórum na segunda reunião: reajuste de 12,9% para docentes e funcionários — ou seja, extensão aos funcionários do reajuste de 6% concedido aos docentes a partir de fevereiro, deixando para outubro a negociação visando os 16% e a parcela fixa. O aumento expressivo da arrecadação do ICMS nos cinco primeiros meses do

ano já indicava ser possível aceitar, com tranquilidade, essa contraproposta.

Os reitores, infelizmente, preferiram trilhar o caminho que conduzia à crônica de uma ocupação anunciada. É preciso insistir que o ofício do Fórum de 12/2, sugerindo que a primeira reunião ocorresse em abril, havia sido encaminhado ao reitor Rodas, então presidente do Cruesp, que poderia ter evitado a greve e a crise decorrente do corte dos salários se tivesse, ao menos, respondido àquele ofício.

Se ao reitor da Unicamp, como presidente do Cruesp, coube o papel do patrão intransigente que viaja quando deveria negociar, coube ao reitor da USP exacerbar seu papel de provocador, por meio de entrevistas destemperadas, corte nos salários dos funcionários mais humildes, artigos cheios de meias-verdades estampados nas páginas da “imprensa livre e investigativa”, que não se peja de ser pautada por esse tipo de discurso.

Ditadura

Cabe aqui lembrar que Rodas fez menção à ditadura militar em mais de um momento. Em artigo publicado na página 2 do jornal *Estado de S. Paulo*, em 10/6/2010, em função dos acontecimentos mais recentes na USP, Rodas escreve que “os

sindicatos da USP continuam a se servir de métodos utilizados quando da luta contra a ditadura, nas décadas de 60 e 70, inobstante os tempos serem outros e o cenário ter-se modificado”. É verdade que não vivemos nos tempos da ditadura, mas será que a democracia está presente na forma de atuar da Reitoria?

Para culminar, o Comunicado Cruesp nº 5, de 10/6, segue no mesmo tom do artigo do Rodas. Afirma, no parágrafo final, que “os reitores da Unicamp, USP e Unesp mantêm-se abertos ao diálogo, mas consideram que atos à margem da lei inviabilizam a interlocução civilizada”. E por que não estavam abertos ao diálogo civilizado no mês de janeiro a maio? Querem enganar a quem?

Se os reitores quiserem ver o cotidiano das três universidades voltar ao normal, precisam estabelecer um diálogo efetivo com o Fórum das Seis para dar um fecho satisfatório a esta etapa da negociação de data-base, 1) estendendo o reajuste de 6% aos funcionários técnico-administrativos, 2) repondo os valores cortados nos salários e 3) agendando a negociação civilizada dos demais itens da pauta unificada. Só assim será possível retomar a pretendida crônica de uma negociação anunciada.

Assembleia Geral da AduSP
16 de junho, 4ª-feira, às 17h, Aud. Adma Jafet (IF)

PAUTA: Campanha Salarial e Conad

GT Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN realizou encontro nacional em Salvador

Nos dias 28 e 29 de maio ocorreu em Salvador, no Centro de Estudos Afro-Orientais, o Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe “Cem anos da Revolta da Chibata”, do Andes-Sindicato Nacional. No primeiro dia, foram convidados alguns conferencistas, como o professor Antonio Cardoso (UFBA), que traçou um largo panorama da exploração do trabalho e das lutas dos grupos minoritários, ressaltando a necessidade de aliar tais lutas ao conjunto maior da luta de classes.

Também falou Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia, que falou da importância de os homossexuais assumirem publicamente sua sexualidade, numa ação de afirmação identitária, observando ainda a importância da interface do movimento LGBTTT com o movimento negro, de mulheres e com o movimento sindical. Outra convidada foi Wellingtona Macedo, representante do movimento Mulheres em Luta, da Conlutas, que defendeu o afastamento das mulheres do trabalho por seis me-

ses após o parto e a construção de creches para os filhos de mulheres operárias, bem como outras demandas.

Hertz Dias, militante do Movimento Hip Hop Quilombo Urbano, do Maranhão, observou o avanço da Conlutas em integrar o debate racial e de gênero e falou sobre a escravidão, sobre a falácia da democracia racial e sobre como o governo Lula soube colocar a seu favor as demandas das minorias. Jean Filipe Montezuma, representante da ANEL, criticou os programas Prouni e Reuni e defen-

deu uma efetiva política de permanência para os estudantes cotistas na universidade.

Haiti

No segundo dia, Cecília de Paula (UFBA) e Cláudia Alves Durans (UFMA) passaram um filme sobre a visita que fizeram ao Haiti e falaram da luta daquele país pela emancipação social e econômica. Em seguida, foi feito um balanço positivo da presente gestão do GT, presidido por Cláudia, tendo em vista que, entre outras conquistas, colocou finalmente

na pauta do Andes-SN a questão das cotas.

Também foram aprovadas diretrizes para servirem de sugestão à nova coordenação, tais como: a elaboração de um banco de dados sobre as universidades que adotaram cotas (que contemple os métodos empregados por cada uma, o perfil do estudante beneficiado, os balanços já realizados e outros aspectos), uma pequena cartilha que elenque os argumentos pró e contra cotas e a idéia de se fazer o próximo encontro do GT em São Paulo.

Dívida externa brasileira chega a US\$ 282 bilhões e deputados pedem investigações à Procuradoria

Em 31/12/2009 a dívida pública interna brasileira alcançou o volume de 2 trilhões de reais. Na mesma data, a dívida externa chegou a 282 bilhões de dólares, o equivalente a 500 bilhões de reais. Os dados são da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, que apoiou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, em 2008, para apurar o endividamento interno e externo do Brasil, conhecida como CPI da Dívida e encerrada em maio de 2010. O pagamento dos juros e amortizações da dívida consome, atualmente, 36% do orçamento federal.

O relatório final da CPI admite que a dívida brasileira é produto de taxas de juros “não civilizadas” e que os órgãos oficiais não encaminharam diversas informações requeridas pela CPI. Conclui, porém, pela inexistência de ilegalidades, e não recomenda sequer o envio dos documentos ao Ministério Público Federal (Procuradoria

Geral da República).

Inconformados com o relatório, quatro deputados da CPI assinaram um voto em separado e o entregaram ao Ministério Público Federal em Brasília, em 18/5, para as providências cabíveis. Ivan Valente (PSOL-SP), autor da proposta de criação da CPI, Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Julião Amin (PDT-MA) e Hugo Leal (PSC-RJ) são os signatários do documento.

Inexplicável

Para eles, o relator da comissão, deputado Pedro Novais

(PMDB-MA), além de “inexplicavelmente” concluir pela não existência de qualquer irregularidade no endividamento, “rejeita a idéia de uma Auditoria da Dívida e sequer cogita do encaminhamento dos documentos ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações”. De acordo com o voto em separado, a posição do relator “viola a própria Constituição, em seu Artigo 26 do ADCT [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias], que determina a realização da Auditoria, até hoje não cumprido”.

Ainda segundo o documento, cujo autor é Valente, diversos especialistas prestaram depoimento à CPI e apontaram “graves indícios de ilegalidades no processo de endividamento brasileiro desde sua origem” nos anos 1970. Diante desses indícios, prossegue, “a CPI deve encaminhar ao Ministério Público todos os documentos coletados, as análises técnicas produzidas e, evidentemente, o Relatório Final, para que aquele órgão aprofunde as investigações, exija a reparação dos danos causa-

dos ao patrimônio público, mediante o ressarcimento ao país dos recursos evadidos”, e “promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

O subprocurador-geral da República Eugênio de Aragão informou que será formado um grupo de trabalho no Ministério Público Federal para aprofundar as investigações já iniciadas pela CPI. “É um direito dos brasileiros saberem o que provoca e quem são os beneficiários da dívida pública”, declarou Aragão.

Relatório de Tesouraria da Adusp: janeiro a abril de 2010

MÊS	SALDO DO FUNDO DE RESERVA	CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS	SALÁRIOS E ENCARGOS	DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	DESPESAS GERAIS RESTANTES
Janeiro/10	R\$ 1.142.547,58	R\$ 150.998,32	R\$ 109.296,54	R\$ 34.718,38	R\$ 41.708,50
Fevereiro/10	R\$ 1.148.243,43	R\$ 151.133,47	R\$ 90.171,77	R\$ 8.328,60	R\$ 29.633,12
Março/10	R\$ 1.153.132,01	R\$ 150.618,74	R\$ 87.701,83	R\$ 16.930,48	R\$ 35.279,80
Abril/10	R\$ 1.161.384,68	R\$ 161.742,12	R\$ 91.650,80	R\$ 30.951,01	R\$ 28.581,57

Ato relembrou invasão da PM em 2009

Foi realizado em 9/6 um ato-debate que procurou manter viva a memória da violenta ação policial ocorrida no campus do Butantã, em 2009, nesse mesmo dia. O evento, que ocorreu no auditório Adma Jafet, no Instituto de Física, contou com a participação dos professores Fábio Konder Comparato, da Faculdade de Direito, e João Zanetic (Adusp), de Claudionor Brandão (Sintusp), Pedro Serrano (DCE) e Thiago Silva (APG).

O professor Zanetic deu início ao ato lembrando o processo de negociação da data-base em 2010 até o presente momento e criticou o corte de salários dos funcionários em greve e o conteúdo da “Proposta de acordo de fim de greve” apresentada pela Reitoria em reunião com representantes do Sintusp. O presidente da Adusp comparou a situação atual à vivida em 2009: “O que nós temos sentido nesse momento é algo similar ao que ocorreu em outros anos e que, no ano passado, culminou com a chamada da PM pela reitora da USP”.

O professor Comparato optou por apresentar propostas relativas à organização do poder na universidade. Por serem ligadas ao governo estadual, USP, Unesp e Unicamp “sofrem, necessariamente, influência política”, afirmou. O artigo 207 da Constituição Federal prevê autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial das universidades, mas isso não ocorre nessas três instituições, porque “elas foram criadas como autarquias” e é “o governador quem nomeia o chefe das autarquias”, as quais “dependem do orçamento público do Estado”.

Patrimônio

Para eliminar a dependência, o professor propôs como

solução uma mudança de status das universidades, que deveriam tornar-se fundações públicas, “cortando-se todos os vínculos com o Estado”. Esse modelo dependeria, contudo, de um patrimônio de valor expressivo, que garantisse a independência financeira da universidade.

Seria necessário, ainda, reformular a estrutura interna: “Quero chamar a atenção para um fato que em geral não é considerado e sobretudo é muito mal percebido entre alunos e funcionários não docentes. A universidade, como toda escola, é um órgão hierárquico, não é possível igualar todos os seus integrantes numa mesma situação de iguais direitos e deveres. Daí porque o esquema democrático jamais pode funcionar numa universidade. A quem se atribui a soberania? O corpo discente é passageiro. Além disso, necessariamente, há alguém que manda e alguém que deve obedecer, de acordo com a lei do reglamento. Então o grande pro-

blema da estrutura das universidades não é a falta de democracia, é a falta de controle de poder”.

Ele sugeriu a criação de duas ouvidorias centrais (uma para estudantes, outra para funcionários não docentes), e a instituição de um órgão encarregado de regulamentar o trabalho de funcionários não docentes, além de uma comissão de arbitragem para negociar conflitos de trabalho.

Conquistas

Claudionor Brandão relembrou o histórico de lutas e conquistas em greves nos últimos 20 anos. Para ele, o que está em jogo na greve atual é a universidade do futuro: “Os funcionários e os professores, com suas greves, têm impedido que se consolide algo que seria crucial para esse projeto de sucatear determinadas áreas da universidade: o arrocho salarial”.

Ele citou as conquistas salariais das greves de 1988 e 2004: reajustes de 80% e 24,5% respectivamente. “Se

esse reajustes salariais não tivessem ocorrido, em que níveis estariam os salários hoje? As greves que temos feito de 2000 para cá têm impedido a evasão de bons professores e bons funcionários”.

No seu entender, duas das categorias estão fora da luta: “Uma parte da universidade, que são os estudantes, encontra-se totalmente anestesiada. Salvo honrosas exceções, os professores estão cooptados. A resistência que resta hoje são os funcionários, resistência que está se tentando quebrar com o corte de salário, com a ameaça de repressão, com multas sobre o sindicato, com processos, demissões”, acredita. Brandão defendeu a extinção da PM: “É uma força repressiva criada no tempo da Ditadura para reprimir o movimento social”.

Memória

Pedro Serrano questionou onde está a memória das pessoas, uma vez que a mobilização atual está significativamente inferior à de 2009. Segundo ele, os aconteci-

mentos de 9/6/09, o ingresso da USP na Univesp e a nomeação de Rodas revelam a estrutura de poder antidemocrática da universidade e a forma truculenta como Reitoria e Governo do Estado têm lidado com o movimento social.

Thiago Silva, coordenador da APG, leu uma nota produzida pela atual gestão: “Lamentavelmente, após um ano da desastrosa entrada da PM no Campus, o problema permanece atual. O mentor da ideia, hoje reitor da USP, continua apostando na intransigência. Mas a violência das bombas de gás está se sofisticando. Agora, Rodas investe no corte de ponto, coleciona mandados de reintegração de posse e propõe um ultimato como se fosse negociação. Para nós, o conflito aberto só terá fim com a democratização da USP. Para dizer, com segurança, ‘PM no Campus nunca mais’ só com eleições Diretas para Reitor acompanhadas da democratização das estruturas de poder da Universidade”.

Conclat cria nova central sindical

Foi realizado nos dias 5 e 6/6, em Santos, o 1º Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), que contou com a participação de 4 mil pessoas, entre delegados e observadores. Os professores Francisco Miraglia (IME), Manoel Fernandes (FFLCH) e Rodrigo Ricupero (FFLCH) foram delegados da Adusp e do Andes-SN no evento.

Nos dias 3 e 4 foi realizado o congresso da Conlutas, no qual a entidade foi dissolvida, na perspectiva de fundação de outra central sindical. Em seguida, foi realizado o Conclat. “Dentre os te-

mas centrais [do Congresso] estava a unificação das lutas sob uma central que fosse ao mesmo tempo sindical, popular e estudantil, em torno de um programa que propugnasse a autonomia da classe trabalhadora e sua completa independência frente a partidos, governos e Estado”, conta Fernandes.

No entanto, o encontro foi marcado pela saída de setores da Intersindical, descontentes com o resultado da votação sobre o nome da nova central. “Fiquei surpreendido com a posição dos companheiros da Intersindical de se

retirar do congresso após a perda da votação do nome da central. O nome não pode ser visto apenas como uma questão de marketing. Quando a maioria dos delegados optou pela participação do movimento popular, dos estudantes, dos movimentos de mulheres e de luta contra a opressão racial, sexual etc. junto com os sindicatos na nova organização, ficou claro que o nome desta não poderia ser mais Central Classista dos Trabalhadores (Ceclat), que não expressava mais a composição votada anteriormente”, considera Ricupero.

“A central foi fundada com o nome Conlutas-Intersindical e sobrou uma tarefa política não desprezível de discutir programa de luta, organização, a questão do imposto sindical. Houve um progresso na tentativa de juntar polos combativos em uma organização de trabalhadores, mas sobrou a tarefa de conseguir essa unidade do ponto de vista organizativo, de pautas de luta. E conseguir organizar nacionalmente, numa perspectiva mais combativa, a luta dos trabalhadores”, avalia Miraglia.

Gatilho: Reitoria não esclarece beneficiários

Muitos beneficiários da ação do gatilho têm enviado mensagens à Reitoria, com cópia para a Adusp, solicitando esclarecimentos a respeito das informações colocadas no sistema Marte sobre os vencimentos em 1987. Ao responder a esses questionamentos, a administração da universidade sugere que os esclarecimentos sejam pedidos à Adusp. Esse tipo de resposta é inaceitável, uma vez que os dados colocados no sistema Marte são de responsabilidade da Reitoria e que a Adusp não detém tais informações.

Em mensagem enviada à Adusp, uma colega assim comentou a resposta que recebeu da administração: “Estou encaminhando a resposta que o (des) atendimento

Marte enviou em resposta a minha solicitação...”.

Em outros “esclarecimentos”, a Reitoria recomenda aos beneficiários que façam suas perguntas a determinados professores que fazem parte do grupo de trabalho da Adusp que trata da ação do gatilho, mencionando expressamente seus nomes. Tais atitudes da Reitoria são desrespeitosas não apenas com a Adusp, mas principalmente com os beneficiários da ação.

Silêncio

Além de não cumprir o que foi acordado, a administração da universidade não respondeu à Adusp. Em 2 de junho, esta entidade escreveu à Reitoria perguntando sobre como deveriam proceder, para ter acesso aos valo-

res de seus vencimentos de 1987, os beneficiários que não mais fazem parte do quadro da USP e os herdeiros de beneficiários.

A Adusp cobrou uma resposta da Reitoria quanto ao cronograma proposto que estabelece os prazos de 21 de junho para receber as eventuais reclamações e de 28 de junho para entregar ao Juiz os valores dos montantes recebidos por cada beneficiário em 1987.

Silêncio absoluto.

Conferência

Conforme informamos no *Informativo Adusp* 307 (31/5/2010), a Adusp fez uma verificação prévia comparando alguns holerites originais de 1987 com os correspondentes dados divulgados

no sistema Marte. Nessa verificação, identificamos apenas o erro na data do pagamento do gatilho de junho de 1987 e pedimos à Reitoria que fizesse a correção. Entretanto, poderá haver outros erros e por isso pedimos aos colegas que façam sua conferência, de preferência com os comprovantes que tenham sido guardados.

Caso sejam detectados problemas, você deve enviar um e-mail para codage@usp.br solicitando esclarecimentos. A Codage tem a responsabilidade de prestar esclarecimentos e corrigir as eventuais falhas.

Não se esqueça de enviar cópia para gatilho@adusp.org.br, para que a Adusp possa manter um registro unificado das dúvidas e reclamações encaminhadas. Pretendemos cobrar da universidade o esclareci-

mento de todas as solicitações dos docentes.

Cálculo

Ressaltamos que o cálculo do montante devido será efetuado por contadores contratados pela Adusp, após a Reitoria informar à Justiça quais os valores pagos, em 1987, para cada beneficiário. Sugérimos à Codage um prazo até 28/6 para a Reitoria encaminhar as informações ao juiz e estamos aguardando uma resposta.

Estará essa gestão repetindo as protelações da sua antecessora? Estará a Reitoria incluindo no orçamento a ser aprovado pelo Conselho Universitário a previsão de recursos para pagamento do gatilho? Ou o desrespeito terá continuidade?

Sarau de 18/6 terá Kabengele em debate sobre cotas e lançamento da Revista Adusp edição 47

Compareça à sede da Adusp e participe! Atividade tem início às 18 horas

Na sexta-feira, 18/6, mais um Sarau Adusp será realizado. Desta vez o debate será sobre cotas na USP e o convidado é o professor Kabengele Munanga, do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH, autor de artigo a respeito na edição 47 da *Revista Adusp*, que será lançada na mesma data. O professor Kabengele se notabilizou como um dos mais consistentes defensores, na USP, da adoção de cotas raciais, combinadas com critérios socioeconômicos. A maior parte das principais universidades públicas brasileiras vêm adotando o sistema de cotas, mas na USP há enorme resistência a esta política.

A edição 47 da *Revista Adusp* contém três conjuntos de matérias. O bloco sobre po-

líticas afirmativas traz ainda artigo da professora Elizabeth Balbachevsky, também da FFLCH, favorável a cotas socioeconômicas mas não ao recorte racial. Um extenso artigo, de Graziela Perosa, Gislene dos Santos e Luiz Menna-Barreto, trata dos desafios e inovações que marcam a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), onde lecionam os autores e que acaba de completar cinco anos de existência. Por fim, um bloco especial examina o Programa Nacional de Direitos Humanos em sua terceira versão (PNDH-3) e os ataques que sofreu por parte da “Sagrada Aliança”, frente informal que reuniu a mídia comercial, a Igreja, os militares e o agronegócio.

Diante das pressões conservadoras, o governo Lula recu-

ou, mutilando o PNDH-3 por decreto. A derrota dos movimentos sociais e da Secretaria Especial de Direitos Humanos tornou-se ainda mais grave quando o STF recusou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 e deu seu perdão aos crimes da Ditadura, estendendo a anistia aos agentes públicos que torturaram e mataram opositores políticos.

O bloco especial examina os direitos humanos no Brasil em quatro eixos, por meio de reportagens jornalísticas que procuram aprofundar as questões suscitadas pelo PNDH-3: aborto e outros direitos da mulher; conflitos fundiários e reforma agrária; mídia e cultura; e direito à memória, à verdade e à justiça.

